

Genial
Investimentos
Corretora de
Valores S.A.

**Demonstrações financeiras em
30 de junho de 2019**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método Indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Genial Investimentos Corretora de Valores S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Genial Investimentos Corretora de Valores S.A. (“Corretora”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Corretora em 30 de junho de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção à seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Corretora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Corretora é responsável por essas e outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Corretora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Corretora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Corretora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Corretora.



- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Corretora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Corretora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 28 de agosto de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Lino Martins da Silva Junior
Contador CRC RJ-083314/O-7

Genial Investimentos Corretora de Valores S.A.
Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Notas	30/06/2019	30/06/2018		Notas	30/06/2019	30/06/2018
Ativo				Passivo			
Circulante		176.815	85.998	Circulante		200.060	87.788
Disponibilidades	4	269	884	Outras obrigações		200.060	87.788
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	55.918	60.944	Sociais e estatutárias	11.a	599	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros		55.918	60.944	Fiscais e previdenciárias	11.b	3.365	2.843
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	6	70.222	4.650	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		35	19
Carteira própria		63.734	649	Negociação e intermediação de valores - Passivo	11.c	191.122	80.841
Vinculados à prestação de garantias		6.487	-	Parcelamento de dívida - IRPJ e CSLL	11.d	-	359
Vinculados ao Banco Central		-	4.001	Diversas	11.e	4.939	3.726
Instrumentos financeiros derivativos		1	-				
Operações de crédito		1.918	-	Exigível a longo prazo		2.015	2.178
Financiamento de conta margem		1.918	-	Outras obrigações		2.015	2.178
Outros créditos	7	46.169	18.666	Provisão para passivos contingentes	13	2.015	2.178
Rendas a receber		4.272	3.241				
Negociação e intermediação de valores		37.185	12.076				
Diversos		4.760	3.380				
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		(48)	(31)				
Outros valores e bens		2.319	854				
Despesas antecipadas		2.319	854				
Não circulante		85.249	6.697	Patrimônio líquido	14	59.989	2.729
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	6	97	-	Capital social		29.000	25.000
Carteira própria		97	-	Aumento de capital		78.601	4.000
Investimentos	8	83.166	4.725	Prejuízos acumulados		(47.612)	(26.271)
Participações societárias em controladas		83.166	4.725				
Imobilizado	9	1.284	799				
Instalações, móveis, equipamentos e outros		5.045	4.264				
(Depreciação acumulada)		(3.761)	(3.465)				
Intangível	10	702	1.173				
Softwares		2.862	2.820				
Benfeitorias		1.261	1.310				
(Amortização acumulada)		(3.421)	(2.957)				
Total do ativo		262.064	92.695	Total do passivo e patrimônio líquido		262.064	92.695

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Genial Investimentos Corretora de Valores S.A.

Demonstrações dos resultados

Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto, prejuízo por lote de mil ações)

	Notas	30/06/2019	30/06/2018
Resultado de intermediação financeira		6.274	4.137
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	5	2.738	2.068
Resultado de títulos e valores mobiliários e derivativos	6	3.346	2.075
Resultado com operações de créditos		139	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		51	(6)
Outras receitas/(despesas) operacionais		(12.236)	(12.079)
Receitas de prestação de serviços	15.a	33.812	27.717
Despesas de pessoal	15.b	(17.250)	(13.646)
Despesas administrativas	15.c	(15.380)	(13.628)
Despesas tributárias	15.d	(3.002)	(2.287)
Resultado de participação societária em controladas	8	(1.070)	(548)
Outras receitas operacionais	15.e	3.607	873
Depreciação e amortização	9 e 10	(410)	(451)
Outras despesas operacionais	15.f	(12.543)	(10.109)
Resultado operacional		(5.962)	(7.942)
Resultado não operacional		-	(270)
Resultado antes de participações		(5.962)	(8.212)
Participações dos empregados no resultado		(646)	(992)
Prejuízo do semestre		(6.608)	(9.204)
Quantidade de ações		752.901.535	29.133.542
Prejuízo por lote de mil ações - R\$		(0,0088)	(0,3159)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Genial Investimentos Corretora de Valores S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Capital social	Aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018	25.000	-	(17.067)	7.933
Aumento de capital	-	4.000	-	4.000
Prejuízo do semestre	-	-	(9.204)	(9.204)
Saldos em 30 de junho de 2018	25.000	4.000	(26.271)	2.729
Mutações do semestre	-	4.000	(9.204)	(5.204)
Saldos em 1º de janeiro de 2019	29.000	78.601	(41.004)	66.597
Prejuízo do semestre	-	-	(6.608)	(6.608)
Saldos em 30 de junho de 2019	29.000	78.601	(47.612)	59.989
Mutações do semestre	-	-	(6.608)	(6.608)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Genial Investimentos Corretora de Valores S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método Indireto

Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do semestre	<u>(6.608)</u>	<u>(9.204)</u>
Ajustes do prejuízo do semestre com o caixa gerado nas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	410	451
Resultado com equivalência patrimonial	1.070	548
Provisão para passivos contingentes	246	750
Participação de empregados	646	992
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(51)	-
Variação de ativos e obrigações		
Aumento em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(69.315)	(24)
Aumento em operações de créditos	(1.918)	-
Aumento em outros créditos	(28.019)	(1.309)
Aumento em outros valores e bens	(1.126)	(592)
Aumento em outras obrigações	<u>100.428</u>	<u>12.055</u>
Caixa líquido (consumido)/gerado nas atividades operacionais	<u>(4.237)</u>	<u>3.667</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado de uso	(639)	(153)
Aquisição de intangível	(37)	-
Baixa do imobilizado	-	102
Baixa de intangível	-	167
Caixa líquido (consumido)/gerado nas atividades de investimento	<u>(676)</u>	<u>116</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	-	4.000
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	<u>-</u>	<u>4.000</u>
(Redução)/Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>(4.913)</u>	<u>7.783</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	61.100	54.045
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre	56.187	61.828
(Redução)/Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>(4.913)</u>	<u>7.783</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Genial Investimentos Corretora de Valores S.A. (“Corretora”) tem por objeto principal, negociar títulos e valores mobiliários por conta própria ou de terceiros, e operar em bolsas de valores e de mercadorias e futuros.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro nacional. Certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições ligadas ao Grupo Plural.

Em 09 de julho de 2018, o Banco Central do Brasil aprovou a mudança da denominação social da Corretora de Geração Futuro Corretora de Valores S.A. para Genial Investimentos Corretora de Valores Mobiliários S.A.

Devido a reorganização societária ocorrida em 31 de agosto de 2018, o Brasil Plural S.A deixou de ser seu acionista controlador devido a incorporação da Corretora pela Genial Investimentos Holding Financeira S.A. que passou a ser sua controladora direta.

2 Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária e as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e em consonância com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - Cosif, instituído pelo Bacen.

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Bacen, requer que a Administração da Corretora baseia-se em estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se à marcação a mercado de títulos e valores mobiliários e provisão para contingências. A Administração revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal de negócios. A administração não identificou nenhuma incerteza relevante sobre a capacidade da Corretora em continuar suas atividades nos próximos 12 (doze) meses.

Os valores apresentados nas Demonstrações dos Resultados referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2018, no montante de R\$9.056, anteriormente apresentado na rubrica de "Despesas administrativas" foram reclassificados para a rubrica de "Outras despesas operacionais" para fins de comparabilidade. Estas reclassificações não produzem efeitos no resultado do semestre.

A Administração autorizou a emissão e divulgação das demonstrações financeiras em 23 de agosto de 2019.

3 Resumo das principais práticas contábeis

a. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Corretora.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Possuem liquidez imediata, com vencimento ou carência igual ou inferior a 90 (noventa) dias, e não estão sujeitos a risco significativo de mudança de valor.

c. Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério pro rata dia para as de natureza financeira.

d. Segregação de curto e longo prazo

Os demais ativos e passivos são apresentados pelos seus valores de realização ou liquidação na data do balanço. Os saldos realizáveis e exigíveis com vencimento em até 12 (doze) meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente.

e. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço, e retificadas por provisão ao valor de mercado quando aplicável.

f. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Nos termos da Circular Bacen nº 3.068, de 8 de novembro de 2001 e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados nas seguintes categorias:

(i) Títulos para negociação

Os títulos para negociação são apresentados no ativo circulante, independentemente dos respectivos vencimentos. Compreendem os títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização computado ao resultado.

(ii) Títulos mantidos até o vencimento

Títulos e valores mobiliários para os quais haja intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. Esses títulos são avaliados pelos valores de aplicação, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, os quais devem ser lançados no resultado do período.

(iii) Títulos disponíveis para venda

Títulos e valores mobiliários que não se enquadrem nas demais categorias, e que são avaliados pelos seus valores de mercado, em contrapartida à destacada conta de patrimônio líquido denominada “ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e derivativos”, líquidos dos efeitos tributários.

A Corretora tem como estratégia de atuação adquirir títulos e valores mobiliários e mantê-los para negociação, proporcionando, desse modo, rentabilidade de suas disponibilidades e participação transitória no mercado de derivativos sem, contudo, assumir posições que comprometam a sua solidez patrimonial, liquidez ou que venham a representar risco de crédito.

As ações de companhias abertas são registradas pelo custo de aquisição, inclusive corretagens e emolumentos, ajustados pela valorização da cotação média do último dia em que foram negociadas na B3 S.A – Brasil, Bolsa e Balcão. Os resultados das operações constituídos dos ajustes por variações são reconhecidos diariamente no resultado e estão apresentados nas demonstrações do resultado.

As cotas de fundos de investimento são atualizadas diariamente com base no valor da cota divulgado pelos Administradores dos fundos onde os recursos são aplicados. A valorização e desvalorização das cotas de fundos de investimento estão apresentadas nas demonstrações do resultado.

Os títulos privados classificados como certificados de depósitos bancários, letras de créditos imobiliários, debêntures, certificado de operações estruturadas, certificados de recebíveis de agronegócio e letras de agronegócio são indexados à taxa CDI e pré-fixados, sendo o resultado registrado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários.

g. Negociação e intermediação de valores

Demonstrado pelo valor das operações de compra ou venda de títulos realizadas junto às bolsas de valores, por conta própria e de clientes, pendentes de liquidação dentro do prazo regulamentar.

h. Investimento em controlada

As participações em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora.

i. Imobilizado de uso / intangível

Ativo Imobilizado: corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Corretora ou da empresa ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à Corretora os benefícios, riscos e controle desses bens.

O ativo imobilizado de uso (bens corpóreos) e o intangível (bens incorpóreos) estão registrados pelo valor de custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais que contemplam a vida-útil econômica dos bens, às taxas de 10% a.a. para móveis, e 20% a.a. para os demais. A amortização do ativo intangível é calculada pelo método linear à taxa de 20% a.a. O ágio é apurado com base na diferença entre o valor pago na data de aquisição e o valor contábil líquido. O ágio, cujo fundamento é baseado na previsão de resultados futuros da empresa adquirida, é amortizado em consonância com os prazos de projeções que o justificaram ou, quando baixado o investimento, por alienação ou perda, antes de cumpridas as previsões.

j. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (*impairment*)

Um ativo está desvalorizado quando seu valor contábil excede seu valor recuperável. De acordo com a Resolução nº 3.566/2008 do CMN, que dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos

(impairment), a Corretora testa, no mínimo anualmente, o valor recuperável dos seus ativos, sendo reconhecidas no resultado do exercício as eventuais perdas apuradas.

Com base em análise de seus ativos em 30 de junho de 2019, a Corretora concluiu que não há evidências que indiquem a necessidade de constituição de provisão para perdas consideradas permanentes.

k. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do CMN:

k1. Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

k2. Passivos contingentes: são constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

k3. Obrigações legais - fiscais e previdenciárias: decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de perda, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

l. Demais ativos e passivos

São apresentados pelos seus valores de realização ou liquidação na data do balanço.

m. Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é, quando devida, constituída mensalmente com base nos rendimentos tributáveis, à alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável anual que exceder R\$240. A contribuição social é, quando devida, constituída à alíquota de 20% apurada sobre o resultado tributável ajustado na forma da legislação em vigor.

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

n. Prejuízo por ação

O resultado por ação é calculado com base na quantidade de ações em circulação na data do balanço.

o. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

p. Eventos subsequentes

Evento subsequente ao período a que se referem às demonstrações contábeis é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período a que se referem às demonstrações contábeis e a data na qual é autorizada a emissão dessas demonstrações. Dois tipos de eventos podem ser identificados:

- Os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem às demonstrações contábeis (evento subsequente ao período contábil a que se referem às demonstrações que originam ajustes).
- Os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem às demonstrações contábeis (evento subsequente ao período contábil a que se referem as demonstrações que não originam ajustes).

4 Caixa e equivalentes de caixa

Em 30 de junho de 2019 e 2018, o caixa e equivalentes de caixa estavam assim compostos:

	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
Caixa e saldos em bancos - moeda nacional	269	884
Aplicações interfinanceiras de liquidez (*) (Nota Explicativa nº 5)	<u>55.918</u>	<u>60.944</u>
Total	<u><u>56.187</u></u>	<u><u>61.828</u></u>

(*) As aplicações interfinanceiras de liquidez são compostas por aplicações financeiras com o Brasil Plural S.A. Banco Múltiplo, a uma taxa média de 100% do CDI, com vencimentos de 2 dias úteis a partir da data de aquisição.

5 Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez estão sendo apresentadas por tipo de papel e vencimento como segue:

	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI	<u>55.918</u>	<u>60.944</u>

As aplicações interfinanceiras de liquidez são compostas por aplicações financeiras com o Brasil Plural S.A. Banco Múltiplo, a uma taxa média de 100% do CDI, com vencimentos em 22 de novembro de 2019, entretanto, as operações compromissadas são liquidadas conforme vencimento da operação (2 de julho de 2019) e não do papel.

No exercício findo em 30 de junho de 2019, o resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez geraram ganhos de R\$ 2.738 (R\$ 2.068 em 2018).

6 Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira própria do Banco e de suas controladas estão apresentados por tipo de papel e prazo de vencimento contratual da carteira:

a. Títulos para negociação

	Valor de Mercado			30/06/2019	Valor de mercado 30/06/2018
	Custo	Sem Vencimento/ ate 360 dias	Acima de 360 dias	Total	
Carteira própria (livres)	63.869	63.734	97	63.831	649
Títulos de Renda Fixa (livres)	63.869	63.734	97	63.831	649
Títulos públicos federais	56.961	56.958	-	56.958	304
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	56.961	56.958	-	56.958	304
Títulos privados	1.018	886	97	983	345
Certificado de depósito bancário - CDB	747	710	-	710	147
Letras de câmbio - LC	7	7	-	7	139
Letras de crédito Imobiliários - LCI	20	20	-	20	-
Letras de crédito do agronegócio - LCA	146	145	-	145	-
Debêntures	94	-	97	97	-
Certificado recebíveis do agronegócio - CRA	-	-	-	-	24
Certificado de recebíveis imobiliários - CRI	-	-	-	-	35
Certificado de operações estruturadas - COE	4	4	-	4	-
Fundo de investimento	5.890	5.890	-	5.890	-
FII CSHG CRI CI	5.890	5.890	-	5.890	-
Vinculados à prestação de garantias	6.487	-	-	6.487	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	6.487	-	-	6.487	-
Vinculados ao Banco Central	-	-	-	-	4.001
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	4.001
Instrumentos financeiros derivativos	1	-	-	1	-
Total	70.357	70.222	97	70.319	4.650

No exercício findo em 30 de junho de 2019, o resultado de operações com títulos e valores mobiliários e derivativos foi de R\$ 3.346 (R\$ 2.075 em 2018).

O valor de mercado dos títulos públicos é apurado segundo divulgações nos boletins diários informados pela ANBIMA.

Os títulos privados são registrados pelo seu valor de custo, acrescido diariamente dos rendimentos incorridos e ajustado ao valor de mercado. As principais fontes de precificação são: ANBIMA, B3 S.A – Brasil, Bolsa e Balcão e SELIC.

7 Outros créditos

a. Rendas a receber

Em 30 de junho de 2019, a Corretora possuía registrado como rendas a receber o montante de R\$ 4.272 (R\$ 3.241 em 2018) provenientes de prestação de serviços aos fundos de investimentos.

As receitas auferidas no exercício com a administração de recursos conforme a Nota Explicativa nº 15.a. totalizaram R\$ 25.278 (R\$ 16.946 em 2018).

b. Negociação e intermediação de valores

Representado principalmente pelos saldos das operações por conta de clientes, pendentes de liquidação, dentro do prazo regulamentar, no montante de R\$ 37.185 (R\$ 12.076 em 2018).

c. Diversos

	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
Reembolso de fundos (i)	407	1.006
Imposto de renda a compensar	840	711
Devedores por depósito em garantia	1.087	728
Valores a receber de sociedades ligadas (ii)	984	95
Outras liquidações - correspondentes	-	543
Despesas antecipadas	45	211
Outros créditos diversos	1.397	86
Subtotal	4.760	3.380
 (-) Provisão para outros créditos	 (48)	 (31)
 Total	4.712	3.349

(i) O saldo dessa rubrica refere-se a custos transitórios incorridos a receber de Fundos de investimentos.

(ii) O saldo dessa rubrica refere-se a a outros valores a liquidar entre empresas do grupo.

8 Investimentos

Devido a reestruturação societária ocorrida em 31 de agosto de 2018, a Corretora incorporou as ações da Genial Institucional Corretora de Títulos e Valores Mobiliários que passou a ser sua controlada.

	Saldo em 31/12/2018	Equivalência patrimonial	Saldo em 30/06/2019
Genial Institucional CCTVM	79.424	1.648	81.072
Geração Futuro Seguros e Part Ltda. (*)	4.812	(2.718)	2.094
Total	84.236	(1.070)	83.166
	Saldo em 31/12/2017	Equivalência patrimonial	Saldo em 30/06/2018
Geração Futuro Seguros e Part Ltda. (*)	5.273	(548)	4.725
Total	5.272	(548)	4.725

(*) A GF Seguros e Participações é investida direta da Corretora, porém, não é considerada para fins de consolidação conforme regras estabelecidas pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

9 Imobilizado

Durante o exercício findo em 30 de junho de 2019 e 2018, a Corretora apresentou as seguintes movimentações em seu imobilizado:

Descrição	Taxa	Saldo 31/12/2018	Movimentação			Saldo 30/06/2019
			Aquisições	Baixas	Depreciação	
Móveis e equipamentos de uso	10%	510	2	-	-	512
(-) depreciação acumulada		(367)	-	-	(11)	(378)
Sistema de comunicações- Equipamentos	10%	728	-	-	-	728
(-) depreciação acumulada		(671)	-	-	(10)	(681)
Sistema de processamento de dados	20%	3.167	638	-	-	3.805
(-) depreciação acumulada		(2.551)	-	-	(151)	(2.702)
Total		816	640	-	(172)	1.284

Descrição	Taxa	Saldo 31/12/2017	Movimentação			Saldo 30/06/2018
			Aquisições	Baixas	Depreciação	
Móveis e equipamentos de uso	10%	1.052	4	(550)	-	506
(-) depreciação acumulada		(840)	-	499	(15)	(356)
Sistema de comunicações- Equipamentos	10%	771	1	(50)	-	722
(-) depreciação acumulada		(683)	-	33	(11)	(661)
Sistema de processamento de dados	20%	3.263	148	(375)	-	3.036
(-) depreciação acumulada		(2.658)	-	341	(131)	(2.448)
Total		905	153	(102)	(157)	799

10 Intangível

Durante o exercício findo em 30 de junho de 2019 e 2018, a Corretora apresentou as seguintes movimentações em seu intangível:

Descrição	Taxa	Saldo 31/12/2018	Movimentação			Saldo 30/06/2019
			Aquisições	Baixas	Amortização	
Software		2.825	37	-	-	2.862
(-) amortização acumulada	20%	(2.511)	-	-	(112)	(2.623)
Benfeitorias em imóveis de terceiros (*)	-	1.261	-	-	-	1.261
(-) amortização acumulada		(672)	-	-	(126)	(798)
Total		903	37	-	(238)	702

Descrição	Taxa	Saldo 31/12/2017	Movimentação			Saldo 30/06/2018
			Aquisições	Baixas	Amortização	
Software		2.822	-	(2)	-	2.820
(-) amortização acumulada	20%	(2.251)	-	2	(149)	(2.398)
Benfeitorias em imóveis de terceiros (*)	-	1.716	-	(406)	-	1.310
(-) amortização acumulada		(653)	-	239	(145)	(559)
Total		1.634	-	(167)	(294)	1.173

(*) As benfeitorias são amortizadas de acordos com a vigência dos contratos de aluguel que são de 60 meses.

11 Outras obrigações

a. Sociais e estatutárias

	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
Gratificações e participações a pagar (empregados)	<u>599</u>	<u>-</u>

b. Fiscais e previdenciárias

	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
Impostos e contribuições sobre salários	814	623
Impostp de Renda retido na fonte	1.744	1.721
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	113	180
PIS e COFINS	466	222
ISS	<u>229</u>	<u>97</u>
Total	<u>3.365</u>	<u>2.843</u>

c. Negociação e intermediação de valores

	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
Credores conta de liquidação pendente	159.868	70.235
Caixas de registro e liquidação	30.137	-
Outros	<u>1.117</u>	<u>10.606</u>
Total	<u>191.122</u>	<u>80.841</u>

d. Parcelamento de dívida (*)

	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
Parcelamento da dívida de IRPJ e CSLL	<u>-</u>	<u>359</u>

(*) A Superintendência Regional da Receita Federal 10ª Região Fiscal - Porto Alegre/RS, com base no “Termo de Constatação e Intimação Fiscal”, glosou despesas contabilizadas pela Corretora no ano-calendário de 2009, lavrando Auto de Infração recebido em 21/10/2013, referente à cobrança de IRPJ e CSLL, nos valores de R\$ 2.607 e R\$ 1.564. Em novembro de 2013 a Corretora optou pelo parcelamento em 60 (sessenta) vezes, com benefício de redução das multas em 40% (quarenta por cento), referente à adesão ao programa instituído pela Lei nº 11.941/2009, reaberto com as alterações veiculadas pela Lei 12.865/2013 (“Refis”).

e. Diversos

	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
Provisão para despesas de pessoal	3.093	2.179
Provisão de pagamentos a efetuar	1.404	911
Valores a pagar sociedades ligadas	-	89
Credores diversos - outros	<u>442</u>	<u>547</u>
	<u>4.939</u>	<u>3.726</u>

12 Imposto de renda e contribuição social

Demonstração da conciliação entre o imposto de renda e contribuição social à taxa efetiva e nominal

RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
Resultado antes da Tributação e Participações	(5.962)	(8.212)
Participações dos empregados no resultado	(646)	(992)
Lucro antes dos Impostos	(6.608)	(9.204)
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social - Alíquota vigente		
Corrente - Alíquota Vigente	(2.643)	(4.142)
Ajustes Permanentes	1.834	1.964
Resultado de Equivalencia Patrimonial de Controladas e Coligadas	1.070	548
Outras	764	1.416
Ajustes Temporários	(1.153)	(1.128)
Ajustes temporários sobre produtos	(7)	25
Outras	(1.146)	750
PLR - Caixa	-	(1.903)
Lucro/Prejuízo do Exercício	(5.927)	(8.368)

Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social

A Corretora não realizou o registro contábil de ativo ou passivo tributário em conformidade com Resolução 3.059/12 do Bacen que define as regras para as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil para efetuar o registro contábil de créditos tributários decorrente de prejuízo fiscal de imposto de renda, de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e aqueles decorrentes de diferenças temporárias .

	Prejuízo Fiscal	Base Negativa	Ajustes Temporários	MTM	Total
Ativos fiscais não constituídos	10.719	6.431	468	35	17.653
Genial Investimentos CVM	10.719	6.431	468	35	17.653

13 Contingências

As contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da administração, levando em consideração o parecer de assessores jurídicos quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações.

Para as contingências classificadas como “prováveis”, são constituídas provisões reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica “Provisões para riscos fiscais” e Provisões para passivos contingentes”. Eventuais desembolsos dependerão da evolução e do êxito de cada um dos processos, não sendo possível estimar quando ocorrerão.

Composição e movimentação das contingências

	FISCAIS		TRABALHISTAS		CÍVEIS		OUTROS	
	Garantia	Provisão	Garantia	Provisão	Garantia	Provisão	Garantia	Provisão
Em 31 de Dezembro/2018	-	18	208	1.193	873	873	-	400
<i>Constituições</i>	-	-	5	12	-	845	-	-
<i>Reversões</i>	-	-	-	(269)	-	(873)	-	(400)
<i>Atualizações</i>	-	-	-	234	-	-	-	-
<i>Realizações / Pagamentos</i>	-	(18)	-	-	-	-	-	-
Em 30 de Junho/2019	-	-	213	1.170	873	845	-	-

Abaixo segue demonstrado os tipos de processos como probabilidade “possível” em que a Corretora figura no polo passivo.

	FISCAIS	TRABALHISTAS	CÍVEIS	OUTRAS
Em 31 de Dezembro/2018	-	3.778	1.141	792
Em 30 de Junho/2019	-	4.775	1.256	612

Existem passivos cíveis contingentes cujo ônus em caso de perda são dos antigos controladores da Genial Investimentos Corretora, onde R\$229 estão classificados com risco possível e R\$496 como risco provável, suportados por conta escrow e que não estão demonstrados nos quadros acima.

14 Patrimônio líquido

Capital Social

Em 30 de junho de 2019, o capital social é de R\$ 107.601 (R\$ 29.000 em 2018), e está representado por 752.901.535 ações ordinárias nominativas (29.133.542 ações em 2018), sem valor nominal, representado conforme o quadro de acionistas:

Acionista	Nº de ações	Participação
Genial Investimentos Holding Financeira S.A.	752.901.535	100%
Total	<u>752.901.535</u>	<u>100%</u>

Em 28 de junho de 2018 foi realizado o aumento de capital no montante de R\$4.000 através da emissão de 4.000.000 novas ações ordinárias nominativas, passando o capital social de R\$25.000, divididos em 25.133.542 ações ordinárias nominativas, para R\$29.000 divididos em 29.133.542 ações ordinárias nominativas. Esse aumento de capital foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 08 de novembro de 2018.

Devido a reestruturação societária ocorrida em 31 de agosto de 2018, a Genial Investimentos Corretora incorporou 723.767.993 ações no valor de R\$ R\$78.601 do capital social da Genial Institucional Corretora de Títulos e Valores Mobiliários (anteriormente denominada Brasil Plural Corretora de Câmbio, Títulos de Valores Mobiliários) com consequente aumento de capital. O

Brasil Plural Banco transferiu as quotas do capital social da Genial Investimentos Corretora para a Genial Investimentos Holding S.A e esta, transferiu as ações para a Genial Investimentos Holding Financeira S.A., mediante aumento de capital e submetido a apreciação do Banco Central do Brasil.

Destinação dos resultados

Aos acionistas está previsto o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido ajustado conforme legislação vigente. Nos exercícios findos em 30 de junho de 2019 e 2018, não houve pagamentos de dividendos em função dos prejuízos apresentados pela Corretora.

Reserva de lucros

A reserva legal é constituída ao final de cada exercício na forma prevista na legislação societária brasileira, pela parcela de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social.

Reserva de capital

A reserva de capital será utilizada para absorção de prejuízos, quando estes ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros, qual houver incorporação ao capital social, pagamento de dividendos a ações preferenciais e para resgate, reembolso ou compra de ações.

15 Resultado operacional

a. Receita de prestação de serviços

	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
Administração de recursos (Nota Explicativa nº 7.a)	25.278	16.946
Rendas de corretagem	7.546	6.107
Rendas de colocação de títulos	495	4.299
Assessoria técnica	309	-
Outras	184	365
	<u>33.812</u>	<u>27.717</u>

b. Despesa de pessoal

	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
Proventos	(10.260)	(7.978)
Encargos Sociais	(3.505)	(2.696)
Honorários da diretoria	(422)	(469)
Outros	(3.063)	(2.503)
Total	<u>(17.250)</u>	<u>(13.646)</u>

c. Outras despesas administrativas

	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
Serviços técnicos especializados	(2.696)	(2.180)
Processamento de dados	(3.759)	(3.154)
Serviço do sistema financeiro	(898)	(1.482)
Aluguel	(1.085)	(518)
Comunicações	(579)	(821)
Viagens	(534)	(325)
Serviços de terceiros	(484)	(279)
Publicidade e propaganda	(3.192)	(2.242)
Patrocínios	(673)	(1.159)
Outros	(1.480)	(1.468)
	<u>(15.380)</u>	<u>(13.628)</u>

d. Despesas tributárias

	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
PIS e COFINS	(1.885)	(1.486)
Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS	(942)	(722)
Outros	(175)	(79)
Total	<u>(3.002)</u>	<u>(2.287)</u>

e. Outras receitas operacionais

	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
Reversões de provisões	2.084	161
Custos compartilhados	851	631
Recuperação de despesas administrativas	227	-
Variação monetária	191	23
Outros (*)	254	58
Total	<u>3.607</u>	<u>873</u>

f. Outras despesas operacionais

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2018</u>
Custos compartilhados	(225)	-
Repasses com intermediação de operações (*)	(11.712)	(9.056)
Despesas com contingências	(246)	(750)
Reversão de provisões operacionais	(126)	(196)
Variação monetária	-	(15)
Outros	(234)	(92)
Total	<u>(12.543)</u>	<u>(10.109)</u>

(*) Refere-se a repasses de receitas de operações com títulos e valores mobiliários nos mercados financeiros e de capitais brasileiro, compra, venda, operações de aluguel, bem como outras modalidades de operações admitidas.

16 Partes relacionadas

Em 30 de junho de 2019 e 2018, a Corretora possuía as seguintes transações com partes relacionadas:

	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
Ativo		
Caixa		
Brasil Plural S.A. - Banco Múltiplo	25	92
Aplicação em CDI		
Brasil Plural S.A. - Banco Múltiplo	55.918	60.944
A receber - prestação de serviços		
Fundos Administrados pela Corretora	4.199	3.241
Negociação e intermediação de valores		
Genial Institucional CCTVM.	2.159	-
Pessoas físicas ligadas	85	-
Rateio de despesas administrativas		
Genial Gestão de Recursos Ltda.	136	77
Reembolso de despesas administrativas		
Brasil Plural S.A. - Banco Múltiplo	984	17
Passivo		
Operação de bolsa - correspondente		
Brasil Plural S.A. - Banco Múltiplo	(16.834)	(10.043)
Negociação e intermediação de valores		
Terra Brasis Resseguros	(43)	-
Flow Representações	(50)	-
Outras	(8)	-
Pessoas físicas ligadas	(243)	-
Reembolso de despesas administrativas		
Genial Institucional CCTVM	-	(89)
Resultado		
Receitas com CDI		
Brasil Plural S.A. - Banco Múltiplo	2.738	2.068
Despesa com corretagem		
Genial Institucional CCTVM	-	(564)
Receita com prestação de serviços		
Fundos Administrados pela Corretora	25.278	15.474
Cost sharing		
Genial Gestão de Recursos Ltda.	851	631
Genial Institucional CCTVM	(225)	-

Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da administração foi remunerado durante os exercícios findos em 30 de junho de 2019 e 2018 da seguinte forma:

	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
Proventos	422	469
Encargos sociais	<u>95</u>	<u>106</u>
Total	<u><u>517</u></u>	<u><u>575</u></u>

A remuneração total dos Diretores durante o exercício findo em 30 de junho de 2019 e 2018 é considerada benefício de curto prazo. De acordo com a Administração não existem outros benefícios de curto prazo.

17 Gerenciamento de riscos

A gestão de risco está sujeita aos padrões do acionista controlador, Banco Plural S.A. – Banco Múltiplo. Desse modo, atua como instrumento para maximizar o valor para os acionistas e para as partes interessadas buscando estabelecer estratégias e objetivos para alcançar o equilíbrio entre as metas de crescimento e de retorno dos investimentos e os riscos a elas associados. A descrição detalhada de cada estrutura que compõe o gerenciamento de riscos está disponível em forma de políticas no site da instituição (<http://www.brasilplural.com/Site/pt-BR/Company/RiskManagement>).

As estratégias de gerenciamento de riscos e os respectivos efeitos nas demonstrações financeiras atendem plenamente ao disposto pela Resolução nº 4.557 do Conselho Monetário Nacional e podem ser resumidos, como segue:

a. Risco de mercado

A gestão de risco de mercado é responsável por identificar, avaliar, monitorar e mitigar as exposições decorrentes de posições detidas em ações, taxa de juros, câmbio e mercadorias (commodities).

O risco de mercado é monitorado através do cálculo diário do Value at Risk (VaR), uma ferramenta estatística que mensura a perda potencial da instituição com determinado nível de confiança para um certo horizonte de tempo. Também são utilizados, para análise e monitoramento, testes de estresse das carteiras com o objetivo de mensurar o risco em cenários adversos. A precisão da metodologia de risco de mercado é testada através de testes (back-testing) que comparam a aderência entre as estimativas de VaR e os ganhos e perdas realizados.

O VaR apresentado abaixo foi calculado para o período de um dia com nível de confiança de 95,0%. O nível de confiança de 95,0% significa que existe uma possibilidade de uma em vinte ocorrências de que as receitas líquidas de negociação serão abaixo do VaR estimado. Com isso, déficits nas receitas líquidas de negociação em um único dia de negociação maior do que o VaR apresentados são esperados de ocorrer, em média, cerca de uma vez por mês. Dada a sua dependência dos dados históricos, a precisão do VaR é limitada em sua capacidade de prever mudanças de mercado sem precedentes, como distribuições históricas nos fatores de risco de mercado não podem produzir estimativas precisas de risco de mercado futuro. Diferentes metodologias de VaR e estimativas de distribuição estatística podem produzir VaR substancialmente diferente. A tabela a seguir contém a média diária do VaR da carteira proprietária do Conglomerado Brasil Plural para os períodos findos em:

	30/06/2019	30/06/2018
VaR (R\$ mil)	246	512

O acionista Controlador também monitora o risco de mercado de sua carteira por meio das parcelas que compõem o RWA (*Risk Weighted Assets*) conforme determina a Resolução nº 4.193/2007 e a Circular nº 3.365 do Banco Central do Brasil.

I. Análise de Sensibilidade (Instrução CVM nº 475/2008)

Alinhado às melhores práticas de mercado, o Brasil Plural gerencia seus riscos de forma dinâmica, buscando identificar, avaliar, monitorar e controlar as exposições aos riscos de mercado de suas posições próprias. Para isto, a Instituição considera os limites de riscos estabelecidos pela Administração e possíveis cenários para atuar de forma tempestiva na reversão de eventuais resultados adversos.

O Brasil Plural em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/2017 e com a circular nº 3.354/2007 do Bacen, segrega as suas operações, inclusive instrumentos financeiros derivativos da seguinte forma:

- i. Carteira de negociação (*Trading Book*): constituída por posições próprias realizadas com a intenção de negociação ou destinadas a hedge da carteira de negociação, para as quais haja a intenção de serem negociadas antes de seu prazo contratual, observadas as condições normais de mercado, e que não contenham cláusula de inegociabilidade.
- ii. Carteira de não negociação (*Banking Book*): contém as operações não classificadas na Carteira de Negociação, tendo como característica principal a intenção de manter tais operações até seu vencimento.

Para determinar a sensibilidade do capital aos impactos de movimentos de mercado na Carteira de Negociação (*Trading*), foram realizadas simulações considerando 3 cenários:

Cenário Pessimista A		Cenário Otimista A	
PRÉ	200	PRÉ	(200)
IPCA	200	IPCA	(200)
Câmbio	5%	Câmbio	(5%)
Ações	(5%)	Ações	5%
Cenário Pessimista B		Cenário Otimista B	
PRÉ	250	PRÉ	(250)
IPCA	250	IPCA	(250)
Câmbio	6,25%	Câmbio	(6,25%)
Ações	(6,25%)	Ações	6,25%
Cenário Pessimista C		Cenário Otimista C	
PRÉ	300	PRÉ	(300)
IPCA	300	IPCA	(300)
Câmbio	7,50%	Câmbio	(7,50%)
Ações	(7,50%)	Ações	7,50%

No quadro abaixo, encontram-se sintetizados os resultados para a Carteira de Negociação (*Trading*), composta por títulos públicos, privados e instrumentos financeiros derivativos.

Fator de Risco	Variação	Cenário A	Cenário B	Cenário C
		Resultado	Resultado	Resultado
PRE	Aumento	(426)	(530)	(635)
Ações	Aumento	(949)	(1.186)	(1.423)
Câmbio	Redução	(9)	(11)	(13)
IPCA	Aumento	(122)	(148)	(173)

Para as operações classificadas na Carteira de Não Negociação, a valorização ou a desvalorização em decorrência de mudanças em taxa de juros, praticadas no mercado, não representa impacto financeiro e contábil significativo sobre o resultado do Banco. A carteira é composta por operações de créditos, captações e alguns títulos e valores mobiliários.

b. Risco operacional

O gerenciamento de risco operacional abrange identificação e controle das possibilidades de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Como parte integrante da estrutura de controles internos, o *framework* de risco operacional é divulgado em política, e prevê os procedimentos para identificação, avaliação, mitigação, monitoramento e reportes relacionados aos riscos operacionais, bem como os papéis e responsabilidades dos órgãos que participam dessa estrutura. A metodologia utilizada pelo Brasil Plural está em linha com o *framework* definido nos documentos *Integrated Framework: Application Techniques*, publicado pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*; e no *Principles for the Sound Management of Operational Risk*, emitido pelo *Basel Committee on Banking Supervision*.

Outra questão relevante no contexto de risco operacional é o Plano de Continuidade de Negócios onde a estratégia do Brasil Plural é que a empresa se mantenha operacional, atendendo seus clientes e suas obrigações sem interrupção, ainda que as dimensões da Contingência sejam graves e esta operação seja feita em regime parcial, dado que serão alocados em novos locais um número de profissionais menor que os que realizam as tarefas cotidianas.

Os eventos de perdas são monitorados, identificados e armazenados em sistema proprietário conforme determinado pela Resolução 4.557/2017.

c. Risco de crédito

O risco de crédito é interpretado pela possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou pela contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nas condições acordadas, assim como à desvalorização de contrato de crédito derivado da deterioração na classificação de risco do tomador, à diminuição de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação, aos custos de recuperação e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte. O gerenciamento de risco de crédito da Instituição possui um processo contínuo e progressivo de mapeamento, desenvolvimento, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, mantendo a integridade e a independência dos processos. A Instituição controla a exposição ao risco de crédito, que decorre principalmente de operações de crédito e instrumentos financeiros

derivativos. Ainda, há o risco de crédito em obrigações financeiras relacionadas a compromissos de crédito ou prestação de garantias financeiras. Com o objetivo de não comprometer a qualidade da carteira são observados todos os aspectos pertinentes ao processo de concessão de crédito, concentração, exigência de garantias, prazos, dentre outros.

O processo para definição de limites de crédito para contrapartes financeiras e não financeiras é disciplinado pela Política de Gerenciamento de Risco de Crédito e pelo Manual de Crédito que abordam de forma detalhada diversos aspectos do tomador do crédito e do grupo econômico a que pertence, incluindo a atividade da empresa (modelo de negócio, foco de mercado, posição de mercado, produtos, riscos de tecnologia, operacionais, obtenção e custo de matéria-prima, etc.), da sua capacidade financeira para repagar a obrigação financeira (análise horizontal e vertical dos últimos três exercícios, alavancagem financeira, estrutura de custos, consistência de geração de caixa das operações, liquidez), características da indústria em que opera (regulação, região de atuação, estrutura de custos, elasticidade de demanda e preços, mudanças estruturais, barreiras de entrada, etc.), bem como aspectos da governança (acordos de acionistas, experiência dos executivos e conselho de administração, órgãos de suporte ao conselho de administração, controles de riscos, estratégia da empresa, políticas financeira e de riscos, transparência).

O processo poderá, eventualmente, incluir a análise da estrutura de uma dívida específica da contraparte e seus fatores mitigadores de risco, com expectativa de perda relativa em caso de inadimplemento. A adequação do limite de crédito ao tipo de negócio da empresa e suas necessidades de financiamento serão analisadas. Recursos utilizados para elaboração do cadastro dos clientes incluem consulta à SERASA e SISBACEN tanto da empresa como de seus sócios. O processo converge para um rating interno e recomendação da área de Análise de Crédito, positiva (com ou sem restrições) ou negativa, para a proposta de limite encaminhada pela área comercial, recomendação esta que será avaliada pelo Comitê de Crédito para decisão final. Os limites de crédito são reavaliados pelo menos uma vez ao ano ou quando necessário por conta de mudanças no perfil de crédito da empresa ou da indústria na qual opera.

A política de provisionamento adotada pela Instituição está alinhada com as diretrizes do IFRS e do Acordo da Basileia. Com isso, as provisões para operações de crédito são constituídas a partir do momento em que houver sinais de deterioração da carteira, tendo em vista um horizonte de perda adequado às especificidades de cada tipo de operação. Consideram-se como impairment os créditos com atraso superior a 90 dias, créditos renegociados com atraso superior a 60 dias e operações corporate com classificação interna inferior a um certo nível. As baixas a prejuízo ocorrem após 360 dias dos créditos terem vencido ou após 540 dias, no caso de empréstimos com vencimento acima de 36 meses.

d. Risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez busca utilizar as melhores práticas para garantir o equilíbrio entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - evitando descasamentos entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento do conglomerado, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. Utilizamos modelos de projeções e de estresse das variáveis que afetam o fluxo de caixa e o nível de reserva.

e. Gestão de Capital

Define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de:

- i. Monitoramento e controle do capital mantido pela instituição;
- ii. Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita;
- iii. Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

O objetivo do gerenciamento de capital é antecipar a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado através de uma postura prospectiva.

18 Limites operacionais

As instituições financeiras estão obrigadas a manter um patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, conforme Resolução CMN nº 2.099/1994 e legislação complementar.

Os limites operacionais são administrados no nível do controlador Brasil Plural S. A. - Banco Múltiplo. A situação do Banco, em relação ao risco da exposição das operações financeiras, está assim representada:

(Em milhares de reais)

Patrimônio de Referência	30/06/2019	30/06/2018
Índice de Basileia	12,28%	10,77%**
Limite de imobilização	31.736	23.615
Valor da situação para o limite de imobilização	16.313	12.820
Índice de imobilização	25,70%	27,14%
Margem	15.423	10.795
Patrimônio de Referência (PR)	63.472	47.320
Patrimônio de Referência para comparação com o RWA	63.472	47.230
Total da parcela RBAN	66	328
Total da parcela RWACPAD (Crédito)	192.963	168.498*
Total da parcela RWAMPAD (Mercado)	25.535	12.128
Total da parcela RWACAM	1.139	3.669
Total da parcela RWAJUR [1]	7.333	2.306
Total da parcela RWAJUR [2]	-	52
Total da parcela RWAJUR [3]	4.561	4.558
Total da parcela RWAACS	12.502	1.543
Total da parcela RWAOPAD	298.328	257.868
RWA total (crédito+mercado+operacional)	516.826	438.494

A partir de janeiro de 2019 a Instituição passou a utilizar a metodologia de mitigação abrangente para colateralização das operações no RWACPAD.

Em janeiro de 2018 entrou em vigor a circular nº 3.849 que alterou a circular nº3.644 e incluiu como exposição o risco de operações em nome de clientes de derivativos e empréstimos de ativos. A Instituição não observou à época o tratamento destas exposições e, considerando a metodologia de abordagem de mitigação simples em que o valor do colateral não é considerado no cálculo, a parcela de RWACPAD de junho de 2018 teria um acréscimo de R\$ 488.309.

O IB para o mês de junho de 2018 considerado o RWACPAD com o risco de operações em nome de clientes seria de 5,1%.

As resoluções no. 4.192/13 e no. 4.278/13 do CMN dispõem sobre os critérios de apuração dos Requerimentos Mínimos de Patrimônio de Referência, de nível I e de Capital Principal e a Resolução 4.193/13 institui o Adicional de Capital Principal. Para os cálculos das parcelas de risco, foram observados os procedimentos das Circulares BACEN nos. 3.644/13, 3.652/13, 3.679/13, 3.696/14 e 3.809/16 para risco de crédito, das Circulares nos. 3.634, 3.635, 3.636, 3.637, 3.638, 3.639, 3.641 e 3.645, de 2013 e das Cartas-Circulares nos 3.498/11 e 3.499/11 para risco de mercado, e das Circulares no. 3.640/13 e 3.675/13 e da Carta-Circular no. 3.625/13 para risco operacional. O Controlador optou pela abordagem o indicador básico para mensuração do risco operacional.